

## Cármen Lúcia diz que facções dominam presídios e pede “choque de jurisdição”

Em reunião com presidentes de Tribunais de Justiça de todo o país, presidente do STF cobrou análise rápida da situação de presos provisórios

**BRASÍLIA**  
*Estadão Conteúdo*

● A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmou ontem a presidentes de Tribunais de Justiça estaduais de todo o Brasil que “é hora de agir com firmeza e rapidez” e defendeu um “choque de jurisdição” em relação à análise de processos penais. Em uma reunião de cinco horas, no gabinete presidencial do STF, a ministra cobrou ações do Judiciário e comunicou medidas que serão implementadas pelo CNJ, instituição que tem como papel aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro.

Esses foram os primeiros comentários de Cármen tornados públicos desde o agravamento da crise no sistema penitenciário. Ao romper o silêncio, Cármen Lúcia falou que a “situação é de emergência” e que “as facções criminosas mais do que nunca dominam nos presídios”. Neste

ponto, há uma diferença diante do discurso do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que em pelo menos uma entrevista relativizou a participação das facções nos massacres.

### **Prazo**

Na reunião, Cármen Lúcia também pediu informações sobre quantos presos provisórios existem dentro da população carcerária de cada estado e solicitou aos presidentes dos TJs que informem, em planilhas, até as 17h da próxima terça-feira, 17, a disponibilidade de juízes auxiliares e de servidores para trabalharem em um “esforço concentrado” nas varas criminais e de execução.

A ideia é que, por 90 dias, uma equipe de cada tribunal esteja deslocada para isto, mas que o trabalho continue sendo feito permanentemente. Ela pediu que os TJs tenham reuniões com o Ministério Público e a Defensoria Pública nos Estados, com a presença da OAB, para agilizar a realização de julgamentos dos processos pendentes.

A ideia do “esforço concentrado” nas execuções penais parte da constatação de que há uma quantidade enorme de presos aguardando julgamentos em todo o país, o que aumenta a massa carcerária. A proposta, no entanto, é que seja algo permanente e,

assim, supere em eficiência os mutirões carcerários antigamente realizados pelo CNJ.

Na reunião, a ministra também comunicou aos desembargadores a realização do censo penitenciário e do cadastro nacional de presos, que será realizado pelo CNJ com o apoio de outros órgãos como o IBGE. Ela também anunciou que foi criado um grupo especial de trabalho integrado por 11 juízes de diferentes localidades com o intuito de identificar os problemas nas varas de execução penal.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

● CRISE NA SEGURANÇA

13 JAN 2017



A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, disse aos presidentes dos TJs que o momento é de “agir com firmeza e rapidez” para resolver crise nos presídios.

**CONTINUA**

13 JAN 2017

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“É hora de agir com firmeza e rapidez. A situação é de emergência. As facções criminosas mais do que nunca dominam nos presídios.”

Cármem Lúcia, presidente do STF.

“A ministra cobrou que a gente procure dar estrutura para que os juízes tenham condições de decidir de forma mais ágil, em tempo razoável.”

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti,  
presidente do TJ de São Paulo.

“O mutirão é uma situação de emergência, de imediato, mas precisamos de soluções mais duradouras.”

Flávio Pascarelli, presidente do TJ do Amazonas.

## INDENIZAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) defenderá que cada família dos 64 presos mortos em penitenciárias do estado receba uma indenização de cerca de R\$ 50 mil. O valor é baseado em decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamentos em que o estado foi responsabilizado pela morte de detentos.

## RELATÓRIO

### Lei de drogas superlotou presídios, aponta Human Rights Watch

● A chave para se resolver a crise do sistema prisional brasileiro é combater a superlotação, avalia a Human Rights Watch (HRW), que divulgou ontem seu Relatório Mundial 2017. O trabalho analisa práticas na área de direitos humanos em cerca de 90 países. A entidade classifica a situação dos presídios no Brasil como de “absoluto desastre” e aponta como fator para o aumento de 85% na população carcerária de 2004 a 2014 – chegando a mais de 622 mil pessoas, 67% a mais do que a capacidade das unidades – a lei de drogas de 2006, que aumentou penas para traficantes.

“O Brasil não vai conseguir construir presídios suficientes. A solução passa pelo sistema judiciário”, afirmou o pesquisador da HRW César Muñoz, que esteve nas penitenciárias do Complexo de Curado, em Pernambuco, onde os motins são constantes (o último foi registrado nesta quarta-feira, 11), e de Pedrinhas, no Maranhão, onde mais de 60 presos foram mortos entre 2013 e 2014. A expansão para todo o país das audiências de custódia, que aceleram as decisões judiciais para presos em flagrante, garantindo o direito ao réu de ser vista por um juiz, é citada como uma das saídas para diminuir a superlotação. Segundo a HRW, em todos os países da América Latina esse direito é respeitado integralmente, à exceção do Brasil e de Cuba.

O relatório dá destaque negativo ao Brasil também por conta do grande número de execuções praticadas por policiais. A HRW destaca que as execuções extrajudiciais abastecem o ciclo da violência em áreas que já têm altos índices de criminalidade e fazem elevar o risco de vida dos policiais.

### Memorial do crime

**G**anha um retrato autografado do ministro da Justiça Alexandre de Moraes quem souber uma linha da biografia de Anísio Jobim, nome e sobrenome do monstruoso complexo penitenciário de Manaus. Adianta que o ilustre não é gaúcho, não é parente distante do Tom Jobim, muito menos padre confessor.

Num jantar em torno de um confrade da Academia Paranaense de Letras, o professor doutor René Ariel Dotti nos contava que um notável jurista brasileiro lhe confidenciou um pedido que fazia aos melhores amigos: de forma alguma, que não dessem seu nome a nenhum prédio público, principalmente se fosse do sistema penitenciário.

Tasso da Silveira, poeta paranaense, com muito orgulho teria emprestado seu nome a uma escola pública. No entanto, se ainda estivesse a encontrar amigos na lendária Confeitaria Colombo do Rio de Janeiro, estaria lamentado o monstruoso Massacre do Realengo, como também o fato de que seu nome foi reduzido ao local da chacina onde, em abril de 2011, Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, invadiu a Escola Municipal Tasso da Silveira e matou a tiros 12 alunos com idade entre 13 e 16 anos.

Tasso da Silveira (Curitiba, 1895 — Rio de Janeiro, 1968), primeiro ocupante da cadeia número 5 da Academia Paranaense de Letras, era filho de Silveira Neto (1872-1945), um dos grandes intelectuais da história do Paraná que, além de escritor e poeta, estudou gravura e desenho na Escola de Belas-Artes do Paraná. No Rio de Janeiro, Tasso da Silveira formou-se bacharel em Direito em 1918. Funcionário da Casa da Moeda, fundou e dirigiu várias revistas e jornais, foi professor de Literatura Portuguesa e elegeu-se deputado estadual do Paraná em 1930.

Depois do massacre na escola pública, uma ex-aluna não esqueceu do mestre:

### Além da regulamentação das facções criminosas também é preciso normatizar os critérios de denominação dos presídios

“Quantas vidas jovens e esperanças ceifadas! E o nome da escola? O nome de um poeta tão sensível ligado a uma ação inominável!”

O alagoano Anísio Jobim foi professor de Direito, escritor, juiz, desembargador, senador por Amazonas e, para sua infelicidade póstuma, um inocente útil cujo bom nome a família cedeu para o complexo penitenciário inaugurado pelo ex-governador Gilberto Mestrinho — este, sim, com um currículo de presídio.

Depósito criminal agora internacionalmente célebre, a Penitenciária Agrícola Monte Cristo, em Roraima, ainda espera que as autoridades achem outro inocente útil a ser homenageado com placa de bronze, assim como fizeram com o Presídio de Segurança Máxima Presidente Bernardes (SP); o Presídio Lemos de Brito, em Salvador (BA); o Presídio Aníbal Bruno (PE); o Instituto Penal Paulo Sarasate (CE); o Presídio Feminino Ana Maria do Couto (MT); e outros tantos nomes ilustres ainda por serem solenemente inaugurados.

Com a reforma do sistema prisional que o governo brasileiro vem prometendo desde o mensalão, além da regulamentação das facções criminosas também é preciso normatizar os critérios de denominação dos presídios. Mais que perenizar o nome, servir como exemplo de que os fins não justificam os meios e a Justiça tarda, mas não falha.

Para os memoriais do crime, não vão faltar ilustres condenados por esse Brasil afora: Penitenciária Feminina Nelma Kodama; Centro de Detenção Provisória Nestor Cerveró; Presídio Central João Vaccari Neto; Complexo Policial Paulo Roberto Costa; Reformatório José Carlos

Bumlai; Casa de Custódia Alberto Youssef; Associação Zé Dirceu de Proteção e Assistência ao Condenado; Centro de Detenção Provisória André Vargas; e — *last but not least*, diriam os agentes do FBI — Presídio de Segurança Máxima Marcelo Odebrecht.

Quanto aos notáveis juristas brasileiros receosos com homenagens futuras, que se apressem a doar seus nomes para creches e jardins de infância — antes que a maioria penal não alcance os menores de 7 anos.

13 JAN 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



13 JAN 2017

# GAZETA DO POVO

## Sem férias, equipe de Teori analisa delação da Odebrecht

Técnicos do STF analisam os 800 depoimentos da delação premiada de 77 executivos da empreiteira que pode envolver políticos dos alto escalão

BRASÍLIA

Agência O Globo

● O Supremo Tribunal Federal (STF) está em recesso desde 20 de dezembro, com rotina mais lenta até 31 de janeiro, sem julgamentos e com a maioria dos servidores de férias. Mas um pequeno grupo de funcionários do gabinete do ministro Teori Zavascki não teve folga.

Enquanto os colegas deram uma pausa no trabalho, eles atuam em regime de esforço concentrado numa sala no terceiro andar do edifício-sede da Corte, na Praça dos Três Poderes. O grupo analisa cada página dos 800 depoimentos prestados na delação premiada da Odebrecht, até agora, o ponto mais alto da Operação Lava Jato.

A delação aponta os holofotes para os nomes mais importantes da República. Entre eles, o presidente Michel Temer (PMDB), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o presidente da Câmara, Rodrigo

Maia (DEM-RJ), além de ministros e parlamentares. Segundo a reportagem apurou, a análise dos documentos está adiantada. Teori estaria lendo apenas o resumo das delações, enquanto seus auxiliares se debruçam sobre a íntegra dos depoimentos. Não há previsão de quando o trabalho será concluído.

Depois de lida a papelada e examinadas as provas, serão tomados novos depoimentos dos delatores, para que eles confirmem se falaram de livre e espontânea vontade. A tarefa caberá a juízes designados por Teori. Nessa fase, não é analisado o conteúdo das delações, só a parte técnica. Se tudo estiver correto, a delação será homologada.

A sala onde foi trancafiada a delação da Odebrecht é vizinha ao gabinete da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. A equipe de Teori tem recomendação expressa de não falar com ninguém. Os servidores entram na sala por um elevador de acesso exclusivo, examinam os papéis e saem pelo mesmo elevador. São três paredes de prateleiras, recheadas de depoimentos e documentos. Na quarta parede, há uma TV.

Teori designou para a tarefa seus melhores servidores. Durante o recesso,

eles nem passam pelo gabinete — vão direto para a sala secreta. A medida foi tomada para evitar o vazamento de informações relativas à delação e à forma como os documentos são analisados. “A gente nem sabe quantas pessoas entram lá. Nem vemos eles”, disse um dos servidores do gabinete de Cármen.

Quando o material chegou ao STF, a delação foi dividida em 77 petições, que tramitam de forma sigilosa. Especula-se que seja uma petição para cada executivo da Odebrecht, já que o número coincide com o de depoentes. Se a delação for homologada, caberá à Procuradoria-Geral da República enviar para instâncias inferiores do Judiciário trechos que citam pessoas sem direito a foro especial. Em relação às autoridades com foro, a procuradoria informará ao STF se há elementos para abrir inquérito e investigar os indícios. As petições foram digitalizadas e, no momento, os autos ostentam a condição de “conclusos ao relator” no andamento processual do STF.

## TRÂMITE

Os documentos chegaram ao tribunal em 19 de dezembro, último dia de funcionamento da Corte antes do recesso. Apenas em 9 de janeiro as petições foram consideradas oficialmente autuadas. Porém, a equipe de Teori já estava dedicada à leitura dos documentos desde o início do recesso.

## DENUNCIADO

A Lava Jato denunciou o empresário Mariano Marcondes Ferraz por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de ter pago mais de US\$ 800 mil ao ex-diretor da abastecimento Paulo Roberto Costa para que ele atuasse a favor da Decal do Brasil no porto de Suape, em Pernambuco.

13 JAN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO

### Não dá para entender!

O mesmo Tribunal de Justiça do Paraná que promoveu concursos a partir de 1992 para o preenchimento de titulares de tabelionatos e outros cartórios, baseado na Constituição de 1988, que pedia concursos, mas que permitia que a regulamentação fosse feita até 1994, cancelou os que foram realizados e os tabeliães devidamente nomeados. Muitos anos depois, creio que no governo Lula, foi agilizado o Conselho Nacional de Justiça, e seu corregedor, o doutor Dipp, nomeado pelo PT, como ministro, decidiu pelo cancelamento de todos os concursos e atos oficiais realizados. E o TJ do Paraná, agora integrado por outros desembargadores, aceitou a determinação, deixando pelo menos 200 cartorários prejudicados, uma vez que gastaram seu tempo, anos de vida, recursos que conseguiram, investimentos que fizeram, e por uma decisão de um homem só, no caso o corregedor, que parece ter decidido o que todo o Tribunal do Paraná de anos anteriores não sabiam o que faziam, pois cancelou todos os concursos que realizou, isso segundo a ótica dele em relação ao que está na Constituição Brasileira, que já está muito remendada. Uma pena.

13 JAN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Posse no TC

O ex-deputado estadual Durval Amaral tomou posse ontem como novo presidente do Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Ele assumiu o cargo para o biênio 2017-2018 no lugar do conselheiro Ivan Bonilha. Também tomaram posse o vice-presidente Nestor Baptista e o corregedor-geral Fabio Camargo. Em seu discurso, Amaral defendeu um maior controle das contas públicas e mais transparência nas gestões, incluindo do próprio órgão. "Uma questão basilar de nossa gestão será cobrar a eficiência das gestões públicas, no Estado e municípios, e a eficiência dos gastos", afirmou. Diversas autoridades do Estado prestigiaram o evento como o governador Beto Richa (PSDB) e o prefeito de Londrina, Marcelo Belinati (PP), além de secretários de Estado, deputados e prefeitos.

### LUIZ GERALDO MAZZA

#### Transparência que cega

Já se disse que transparência em excesso pode levar à cegueira por excesso de luz. Em sua posse, ontem no Tribunal de Contas, o novo presidente Durval Amaral fez referência à Operação Quadro Negro, aquela dos desvios nas construções escolares de obras inacabadas e faturadas como prontas como um feito daquela Corte. Na mesma direção de raciocínio, Beto Richa poderia afirmar que se deve a ele o prestigiamento ao Gaeco nas suas intervenções no caso das construções escolares e no da descoberta dos chunchos da Receita Estadual. E poderia aí lembrar que no episódio da rotatividade do pessoal pleiteada pelo secretário de Segurança, Cid Vasques, agiu com inteira imparcialidade para que a própria Procuradoria de Justiça o decidisse e o fizesse positivamente em favor do seu braço investigatório.

Sócrates, aquele da cicuta e não o da caipirinha e craque do Corinthians, dedicou parte de sua vida ao combate à deturpação da lógica no verbalismo dos sofismas, decorrência normal dos feitos de um dos criadores do método e conseqüentemente da dialética na busca do conhecimento pela dedução inscrita no diálogo. Essa ruptura para o raciocínio era a clássica maiêutica, num processo de parturição mental. Nessa linha de argumento, Michel Temer, ora festejando a queda da inflação como feito do seu reinado e não da inércia da economia no fundo do fosso, poderia argumentar que nada faz para quebrar a sincronia institucional e age com máximo respeito com a Lava Jato mesmo que aponte para sua direção e dos colegas de ministério, muitos dos quais obrigados a tirar o time de campo.

13 JAN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## STF pede 'esforço' nas execuções penais

Breno Pires

Agência Estado

**Brasília** - A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pediu aos presidentes dos Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal que informem até as 17 horas da próxima terça-feira (17) a disponibilidade de juízes, auxiliares e servidores para trabalhar em um "esforço concentrado" nas execuções penais, para acelerar a análise dos processos.

A ideia é que por 90 dias uma equipe de cada tribunal esteja deslocada para isto. A reunião nesta quinta-feira (12) durou cerca de cinco horas e contou com as presenças de presidentes dos TJs de Estados de todo o Brasil, exceto Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A ideia do "esforço concentrado" nas execuções penais parte da constatação de que há uma quantidade enorme de presos aguardando julgamentos em todo o País, o que aumenta a massa carcerária.

Segundo o presidente do TJ-SP, o desembargador Paulo Dimas de Bellis Mas-

caretti, a ministra também pediu informações sobre quantos presos provisórios existem dentro da população carcerária de cada Estado. Segundo ele, a ministra falou que era importante reunir os dados de todos os Estados para basear ações nacionais.

Após o encontro, o presidente do TJ do Amazonas, Flavio Pascarelli, comentou que começou a ser feito no Amazonas um mutirão carcerário a partir desta quinta (12). "O mutirão é uma situação de emergência, de imediato, mas precisamos de soluções mais doadoras", observou o presidente do TJ do Amazonas. Pascarelli disse também que haverá uma reunião "com todos os órgãos que participam do sistema penitenciário, como Defensoria Pública, Ministério Público e secretarias de segurança estaduais, e a partir daí tomar medidas concretas".

A reunião foi a primeira que uniu autoridades do judiciário de todo o Brasil em 2017 para tratar do tema. Semana passada Cármen já havia se reunido com presidentes dos TJs dos Estados da região Norte e do Maranhão.

13 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Blairo Maggi tem bens bloqueados pela Justiça

Acusado de participar de compra de vaga no TC do Mato Grosso, ministro da Agricultura teve R\$ 403 mil indisponibilizados

Paula Reverbel

Folhapress

**São Paulo** - O ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP), teve bens bloqueados na quarta-feira (11) devido a um processo de improbidade administrativa que corre na Justiça do Mato Grosso. A decisão permitia o bloqueio de até R\$ 4 milhões de Maggi e outros oito réus. O ministro teve R\$ 403 mil indisponibilizados. A decisão, tomada na segunda (9) pelo juiz Luís Aparecido Bortolussi Júnior, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular, também bloqueou veículos do ministro.

Outro réu afetado foi o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso José Riva (PSD), que ficou conhecido como o "maior ficha-suja do país" por responder a mais de cem processos. Uma das ações chegou a colocá-lo na prisão por quatro meses.

Maggi é acusado de participar de esquema que comprou uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas (TC)

do estado do Mato Grosso. O ex-conselheiro Alencar Soares Filho e teria recebido R\$ 4 milhões para se aposentar antes do prazo, abrindo lugar para a nomeação do ex-deputado estadual Sérgio Ricardo de Almeida.

Além do bloqueio de bens, Bortolussi Júnior também determinou o afastamento de Sérgio Ricardo do cargo, mas ele manterá o salário até a conclusão do processo.

O caso da venda da vaga foi investigado pela Polícia Federal na Operação Ararath, que apura esquema de lavagem de dinheiro por meio de empresas negociadoras de crédito no Mato Grosso.

Um inquérito criminal que investigava Maggi no âmbito da Operação Ararath foi arquivado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli por recomendação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

## OUTRO LADO

O ministro informou por meio de nota que está pronto para "prestar todos os esclarecimentos à Justiça" e "recorrer da medida, por entender não ter sido justa a decisão proferida". Maggi disse ainda que o entendimento do juiz do Mato Grosso está "na contramão do entendimento do Procurador-Geral da República, a quem coube apurar com rigor as denúncias que geraram o presente feito".

*Em nota, Blairo Maggi (PP) afirmou que está pronto para "prestar todos os esclarecimentos à Justiça" e que vai recorrer da decisão*

13 JAN 2017

# BEMPARANÁ Paraná gastou R\$ 35 mil por preso em 2016, diz TCE

Tribunal anuncia auditoria para verificar eficiência nos gastos do Estado com o sistema penitenciário

Ivan Santos

O Paraná gastou, em 2016, R\$ 720 milhões, ou o equivalente a R\$ 35 mil para cada um dos cerca de 20 mil presos do sistema penitenciário do Estado. O número foi revelado ontem pelo novo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR), Durval Amaral, que anunciou a intenção de promover uma auditoria no sistema prisional paranaense, para saber se esse dinheiro está sendo bem gasto. Neste cálculo não estão incluídos os cerca de 10 mil presos que estão em delegacias.

“O sistema penitenciário não pode ser apenas um depósito de pessoas. Os presos têm que ser ressocializados”, defendeu Amaral, que tomou posse no cargo ontem. Uma equipe técnica será nomeada para, no prazo de 60 dias, levantar informações sobre o sistema. Na etapa seguinte, deverão ser instauradas auditorias operacionais para avaliar a eficácia do gasto público no setor, impor medidas corretivas e, se necessário, responsabilizar gestores. O principal objetivo, segundo Amaral, é verificar que se o sistema está conseguindo ser eficaz na ressocialização dos presos. E se isso não estiver acontecendo, o tribunal poderá sugerir medidas para corrigir o problema, como a criação de presídios-escola, ou que presídios industriais, que permitam aos condenados trabalharem ou se profissionalizarem enquanto estiverem cumprindo pena.



Amaral: “Os presos têm que ser ressocializados”

Segundo o conselheiro, o TCE não tem poder para promover o julgamento de processos de presos que estão pendentes. Dados do Mapa Carcerário da Secretaria de Estado da Justiça apontam que 53,5% dos presos paranaenses não foram julgados.

“Mas podemos cobrar da Defensoria Pública que a maioria dos defensores atendam o sistema penitenciário”, disse.

Amaral também anunciou que o tribunal terá “tolerância zero” com obras paralisadas. “Não vamos admitir obra parada. Não vamos aceitar esses elefantes brancos. E além de fiscalizar a obra, vamos averiguar a qualidade”, avisou.

O presidente do TCE afirmou que nos últimos dez anos, a receita do Estado cresceu 63%, enquanto a despesa com pessoal aumentou 121%. Por isso, afirmou, o tribunal pretende também investigar se esse gasto está dando re-

GRADES

R\$ 720  
milhões

foi quando o Paraná gastou no ano passado com o sistema penitenciário

sultado com melhoria da qualidade de serviços públicos em áreas essenciais, como saúde e educação. Amaral anunciou também a intenção de adotar aplicativos tecnológicos para que o cidadão possa apresentar denúncias ao tribunal sobre o mau uso do dinheiro público no Estado.

**Estoque** - Questionado sobre a demora do TCE em julgar determinados processos de irregularidades, como o caso do Centro de Convenções de Curitiba, concluído na semana passada quase treze anos após o ocorrido, no qual gestores da instituição entre 2001 e 2003 foram condenados a devolver R\$ 444 mil aos cofres públicos, o novo presidente do tribunal admitiu o problema. “Temos que fazer um mea culpa.

CONTINUA

13 JAN 2017

## BEMPARANÁ

### CONTINUAÇÃO

Precisamos ter agilidade no julgamento, fixando patamares para analisar casos que têm maior repercussão na sociedade. Essa falta acontece porque o tribunal tem uma demanda enorme que acaba tendo uma tramitação menos célere”, reconheceu. Segundo os dados do TCE, o órgão tem hoje um total de 28.448 processos em “estoque” desde 2001, mas esse número, que chegou a 37.375 processos em 2014, tem sido reduzido com medidas como o julgamento em bloco de atos de pessoal.

Amaral afirmou ainda que a sindicância aberta pelo TCE para investigar o caso do ex-coordenador geral do órgão, Luiz Bernardo Dias da Costa, é acusado de fraude em uma licitação em uma obra de construção de um anexo do tribunal não avançou porque uma decisão judicial impedia a tomada de depoimentos. Segundo ele, o TCE recorreu e agora a sindicância deve ser concluída dentro do prazo inicial, de 90 dias.

13 JAN 2017

## BEMPARANÁ

### STF defende "mutirão"

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, pediu ontem "esforço concentrado" do Judiciário para analisar os processos de presos que tramitam nas Varas de Execução Penal dos tribunais de Justiça do país. A questão foi definida após uma reunião de cerca de cinco horas, em Brasília, entre a ministra e os presidentes dos 27 tribunais de Justiça do país. No encontro, também ficou acertado que os tribunais disponibilizem até a próxima terça-feira juízes e servidores para analisar os processos.

De acordo a assessoria do presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins, Ronaldo Eurípedes, que participou da reunião, Cármen Lúcia também cobrou medidas imediatas para combater as facções criminosas que atuam dentro dos presídios e ações para reduzir o problema da superlotação nas penitenciárias. A ministra convocou a reunião para tentar encontrar soluções para a crise no sistema penitenciário. Na semana passada, após a rebelião que terminou com 56 presos mortos em Manaus e 33 em Roraima, a ministra já havia se reunido com os presidentes dos tribunais da Região Norte para debater o assunto.

13 JAN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

## Bem que eu avisei

Desde 2013, o Conselho Nacional de Justiça sabe que o presídio de Manaus palco de massacre é comandado por detentos. Em relatório sobre um mutirão carcerário no Amazonas, o CNJ diz que, “por questão de segurança”, “não foi possível inspecionar” todo o complexo. Coordenadora da ação, a juíza Samira Barros Heluy afirmou que, das 14 prisões visitadas, apenas no Compaj dois presos acompanharam a equipe do CNJ. “Ali já existia uma organização diferente do resto dos presídios.”

**Em construção** A juíza diz que, apesar de ter ficado claro que os presos comandavam o Compaj, “não havia indícios da existência de facções criminosas rivais”.

**Sinais** O relatório do CNJ também diz que a superlotação era realidade, “com grande número de presos amontoados em celas de tamanho incompatível” e que não havia “medidas eficazes” para “frear o acesso” de aparelhos de comunicação e drogas.

## MÔNICA BERGAMO

### TOGA ARMADA

A disputa pela vaga de desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Nordeste, está botando em pé de guerra partidários dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eunício de Oliveira (PMDB-CE), que deve suceder o primeiro na presidência do Senado. Renan apoia o alagoano Luciano Guimarães para a vaga. Eunício quer o cearense Leonardo Carvalho.

### PRIMEIRO LUGAR

Por fora corre a advogada tributarista Silvana Guerra Barretto, de Pernambuco. Os três integram a lista tríplice apresentada ao governo de Michel Temer pelo tribunal. Ela foi a mais votada, com 13 votos dos magistrados do TRF. Os outros postulantes tiveram oito votos cada um.

### PESO

O TRF da 5ª Região não tem mulheres em sua composição, o que pode pesar a favor de Silvana, apoiada por ministros do STJ e do STF. Já os outros dois advogados contam com o endosso poderoso dos senadores de seus Estados, o que tem sido levado em conta na escolha de Temer.

13 JAN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Perdido no caos

Sem saber como enfrentar crise nas prisões, ministro da Justiça propõe medida que restringe direito de advogados e de presos

Se ainda havia alguma dúvida de que o governo de Michel Temer (PMDB) não sabe como enfrentar o caos carcerário no país, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, cuidou de dissolvê-las.

Em entrevista a esta **Folha**, o ministro expôs qual é, na sua visão, o maior problema do sistema penitenciário. Superlotação? Tratamento desumano a que se submetem os detentos? Encarceramento excessivo? Injustiça social? Falta de controle por parte do poder público? Avanço das facções criminosas? Fracasso da guerra às drogas?

Eram possíveis todas essas hipóteses — e talvez fosse impossível alçar uma delas à condição de principal. Moraes, contudo, sacou uma resposta surpreendente: o maior problema, para ele, é a corrupção.

O raciocínio não é desprovido de todo sentido. Como explicou aos jornais “O Globo” e “O Estado de S. Paulo”, terão pouca valia os melhores equipamentos para evitar a entrada de armas e celulares nos presídios, por exemplo, se os agentes penitenciários fizerem vista grossa.

É verdade. Pode-se acrescentar, todavia, que de nada adiantará a cumplicidade do carcereiro se a prisão não estiver superlotada nem dominada por hordas de celerados.

Chamar a atenção para a cor-

rupção, na verdade, não passa de um truque. Trata-se de se alinhar a certo espírito dos tempos no Brasil, de transformar a questão num problema praticamente insolúvel e de aventar saídas pueris, como “capacitar os agentes penitenciários”.

Atirando para todos os lados, o ministro também tachou de pseudoespecialista quem criticou o plano nacional de segurança apresentado pelo governo e, como se enunciasse grande ideia, sugeriu que a visita de advogados de chefes de facções a presídios deveria ser monitorada, inclusive por meio de gravações de suas conversas.

O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Claudio Lamachia, considerou “absolutamente equivocada” a declaração de Moraes. O Instituto de Defesa do Direito de Defesa, por meio de nota, a classificou como “demagógica e populista”.

Têm razão as duas entidades. O sigilo das comunicações entre o suspeito e seu advogado, resguardado pela lei, deve ser protegido em nome do direito de defesa.

Advogados que possam ter cometido ilegalidades devem ser investigados e, se condenados, punidos. Daí a criminalizar toda a categoria profissional e retirar mais um direito dos presos vai uma distância enorme que um Estado democrático de Direito, mesmo na luta contra o crime, não pode se mostrar disposto a percorrer.

Diminui-se uma garantia hoje, reduz-se outra amanhã, e logo todos os cidadãos se prostram, indefesos, perante um Estado opressor.

13 JAN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Segurança como prioridade

ALBERTO FRAGA

Os bandidos estão ditando as regras. Se medidas duras e imediatas não forem tomadas, vamos perder o país para o crime

O sistema carcerário brasileiro, como se sabe, há algum tempo encontra-se em situação preocupante e que demanda especial atenção do Estado. Não é por outra razão, inclusive, que foram realizadas, em apenas oito anos, duas comissões parlamentares de inquérito para investigar o tema.

Durante CPI realizada em 2015, foram diagnosticados problemas graves, como a ampliação dos domínios das facções dentro dos presídios e a questão da superlotação.

O número de pessoas privadas de liberdade sem condenação também assusta: 41% da população carcerária. O dado é do Ministério da Justiça e foi comprovado pelas visitas realizadas durante a comissão.

Outro grave problema é a falta de gestão no sistema. Nem a classificação de periculosidade é realizada. Ladrão de galinha fica misturado com assaltante de banco. Um exemplo disso foi o caso de um senhor de 65 anos, preso por não pagar pensão ao neto, dividindo a cela com todo tipo de bandidos.

Durante as inspeções, os presos foram questionados sobre o que poderia ser feito para ajudá-los. A resposta foi quase unânime: desejam trabalhar para ajudar a família. O trabalho possui relevante papel na reparação do dano causado pela prática de conduta delituosa e na reincorporação social do apenado.

Segundo a legislação, o trabalho dos presos tem como objetivo auxiliar na reinserção social, na ocupação do tempo ocioso, na promoção da readaptação e no preparo de uma atividade laboral —além de garantir remuneração igual ou superior a três quartos do salário. Infelizmente poucos conseguem trabalhar.

Segundo relatório divulgado pelo Ministério da Justiça, apenas 16% da população prisional do país trabalham, e somente 11% estudam. Esses dados, por si só, já demonstram que o sistema clama por melhorias urgentes, sem as quais entrará certamente em colapso.

O orçamento que o governo federal aprovou para a segurança pública em 2017 é de R\$ 2,2 bilhões, valor insuficiente para a área. De acordo com levantamentos divulgados, seriam necessário ao menos R\$ 10 bilhões para sanar o déficit atual de vagas no sistema prisional.

Na última semana, o Brasil foi palco de uma grande tragédia, envolvendo vários presídios, com morte de dezenas de pessoas.

O país corre o risco de ficar refém das facções de criminosos, como aconteceu em outros países da América Latina em passado recente. As ordens para execução do massacre foram realizadas por telefone, filmadas e divulgadas através de aplicativos de celulares.

É inadmissível que após tantos anos em que se discute o problema dos celulares nos presídios, o poder público e as operadoras de telefonia não tenham chegado a um acordo para manter permanentemente bloqueados os celulares das unidades prisionais, como acontece nos países desenvolvidos. E permita que as quadrilhas continuem articulando crimes de dentro dos presídios. Os bandidos estão ditando as regras.

A Frente Parlamentar de Segurança Pública entregou ao presidente Michel Temer carta com sugestões para elaboração de um Plano Nacional de Segurança para conter a crise do sistema penitenciário e

criar ações imediatas de combate a violência. Uma delas seria a transformação da Secretaria Nacional de Segurança Pública em um ministério. Tal medida não geraria nenhuma despesa e daria ao tema a importância que merece.

No Brasil, 160 pessoas são mortas diariamente. Por ano, 500 policiais são assassinados. Mesmo assim, a segurança pública ainda não é prioridade do governo. Se medidas duras e imediatas não forem tomadas, vamos perder o país para o crime.

ALBERTO FRAGA, deputado federal (DEM-DF), é presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública. No DF, foi secretário de Transportes (2007-2010) no governo José Roberto Arruda

13 JAN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### OAB critica proposta de ministro sobre visita a presos

Moraes quer monitorar conversas de advogados

GUSTAVO URIBE  
DE BRASÍLIA

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, foi criticado nesta quinta-feira (12) por entidades nacionais de advogados e defensores por ter defendido o monitoramento das visitas e conversas em unidades prisionais de chefes de facções criminosas.

Em entrevista à **Folha**, o ministro cobrou a necessidade de monitoramento, inclusive com gravação de áudio, de encontros de chefes criminosos e integrantes da defesa deles, o que, segundo ele, já é feito em outros países.

“Eu acho que tem de ter o controle desse advogado”, afirmou. “As lideranças são colocadas em um presídio de segurança máxima com bloqueadores de celulares, mas aí você permite visita íntima sem que o Estado possa filmar. Você permite a entrada de advogados, mas, nos outros países, quando ele fala, está sendo gravado”, disse.

O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Claudio Lamachia, avaliou que a manifestação do ministro está “absolutamente equivocada” e que

“não se pode pretender combater o crime cometendo outro crime”. Segundo ele, o defensor tem a prerrogativa profissional, com a garantia do Estado democrático de Direito, de não ter interceptada sua conversa com clientes.

Para o presidente nacional da OAB, caso um advogado utilize o exercício profissional para cometer um crime, ele vira um criminoso e deve ser denunciado à entidade nacional, mas não pode haver generalizações. “O que não se pode é pretender a generalização com o descumprimento de princípios da própria Constituição.”

#### DIREITO DE DEFESA

Em nota, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, entidade de advogados e juristas, acusou o ministro de fazer uso “demagógico e populista” da crise prisional para “assacar contra a credibilidade da advocacia brasileira”.

Segundo a associação, em vez de se concentrar em “questões reais”, o ministro “decidiu criminalizar uma categoria profissional inteira”. Para o instituto, a crise prisional é culpa do “desrespeito à lei e aos direitos dos presos” e “da corrupção de agentes estatais”.

“A prática do grampo, ambiental ou telefônico, só pode ser autorizada, assim como é com qualquer outro cidadão, mediante prévia autorização judicial e caso exista contra o advogado indícios de que esteja concorrendo para a prática de crimes”, afirma a entidade.

# FOLHA DE S. PAULO

## Bens de Azeredo são bloqueados pela Justiça

13 JAN 2017

Ex-governador de MG  
ainda pode recorrer

Um desembargador de Minas Gerais determinou o bloqueio de bens do ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB) em ação de improbidade administrativa relativa ao chamado mensalão tucano.

A decisão liminar (provisória) é do dia 23 de novembro e não define a quantia que deve ser bloqueada das contas de Azeredo. Cabe recurso.

O ex-governador já foi condenado criminalmente por peculato e lavagem de dinheiro em processo relativo ao caso, considerado um “embrião” do mensalão petista, e corre em liberdade.

Segundo o Ministério Público, foram desviados cerca de R\$ 3,5 milhões (R\$ 14 milhões corrigidos) em recursos públicos para irrigar a fracassada campanha de reeleição de Azeredo, em 2008. Ele nega que tivesse conhecimento do esquema.

Na decisão, o desembargador Jair Varão, relator do processo, afirma que Azeredo era “o maior beneficiário da campanha eleitoral” e que não é “crível que o candidato à governadoria do Estado, ocupante do cargo de governador do Estado à época, não estava a par da origem dos recursos destinados à sua própria campanha eleitoral”.

O advogado de Azeredo, Castellar Guimarães Neto, disse que irá esperar a decisão do mérito, tomada por ao menos três desembargadores, e que tem “plena confiança” de que será retirado do processo.

13 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

## Ministro Blairo Maggi tem bens bloqueados pela Justiça do MT

Ele é acusado de comprar vaga de conselheiro de tribunal do Estado

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP), teve bens bloqueados nesta quarta-feira (11) devido a um processo de improbidade administrativa que corre na Justiça do Mato Grosso. A decisão permite o bloqueio de até R\$ 4 milhões de Maggi e outros oito réus. O ministro teve R\$ 403 mil indisponibilizados.

Maggi é acusado de participar de esquema que teria permitido a compra de uma vaga de conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Mato Grosso.

O ex-conselheiro Alencar Soares Filho teria recebido R\$ 4 milhões para se aposentar antes do prazo, abrindo lugar para a nomeação do ex-deputado estadual Sérgio Ricardo de Almeida.

O caso foi investigado pela Polícia Federal na Operação Ararath, que apura esquema de lavagem de dinheiro por meio de empresas negociadoras de crédito no Mato Grosso. Um inquérito criminal que investigava Maggi no âmbito da Operação Ararath foi arquivado pelo STF a pedido da Procuradoria-Geral da República.

O ministro disse que recorrerá e que a decisão está "na contramão do entendimento do PGR, a quem coube apurar com rigor as denúncias que geraram o presente feito". (PAULA REVERBEL)

13 JAN 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Juiz afirma não ver dano ao erário em propina

Ao rejeitar pedido em ação cível-ajuizada pela força-tarefa da Lava Jato, magistrado diz que desvantagem, em tese, foi da empreiteira contratada

**Julia Affonso**  
**Fausto Macedo**  
**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL | CURITIBA

O juiz Friedmann Anderson Wendpap, da 1.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, considerou que o pagamento de propina a agentes da Petrobrás pode não representar dano aos cofres públicos. A conclusão está na decisão em que o juiz rejeitou pedido da Operação Lava Jato, em ação cível, para que a Galvão Engenharia fosse condenada a devolver valores ao erário.

Além da empreiteira, sua holding e executivos do grupo, o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa é alvo da ação.

“Não se pode considerar o pagamento da vantagem indevida como dano ao erário, por uma singela razão: ainda que tenha sido fixada com base no valor do contrato, a propina foi paga pelas próprias empreiteiras, e não pela Administração Pública”, escreveu Wendpap. Segundo o juiz, é necessário que haja prova do prejuízo ao erário e “a delimitação do dano”.

Os alvos da ação de improbidade foram cobrados na Justiça, pela força-tarefa, a devolverem R\$ 75 milhões ao erário, pelos danos materiais, mais R\$ 750 milhões por danos morais coletivos e pagamento de multa de R\$ 226 milhões.

O dinheiro seria referente a 1% do valor de um contrato da empreiteira com a Petrobrás pago como propina para o ex-diretor da estatal. A cúpula da Galvão Engenharia foi condenada em 2015 pelo juiz Sérgio Moro

● **Ressarcimento**

**R\$ 75 mi**

é o valor que a força-tarefa da Operação Lava Jato pede que seja devolvido aos cofres públicos em ação cível contra a Galvão Engenharia.

por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Para Wendpap, a Petrobrás – que é uma das autoras da ação contra a Galvão, além do MPF e da União –, “pagou, em verdade, o preço do contrato e em razão de um serviço que, em tese, foi realizado a contento”.

“Logo, o pagamento da propina não implica, *ipso facto*, dano ao erário, mas desvantagem, em tese, às próprias contratadas.”

O Ministério Público Federal afirma que o 1% do contrato pago como propina é o prejuízo para a Petrobrás. Nos processos da Lava Jato, executivos de empreiteiras afirmaram que os valores das propinas eram embutido no custo do projeto.

**Cálculo.** Para o juiz, o uso do porcentual como base de cálculo é um raciocínio “sofismático”. “Até poder-se-ia conjecturar que a propina consistiria num piso relativo ao dano ao erário. Afinal, se paga 1% sobre o valor de cada contrato, por consequência, esse montante seria o mínimo do superfaturamento das obras. Entretanto, esse raciocínio, a meu juízo, é sofismático.”

Segundo ele, é preciso considerar que as empresas tenham pago a propina dentro de sua margem de lucro.

O juiz ressaltou, no entanto, que nada impede que o MPF ingressasse com nova ação, após encontrar mais provas de que a empreiteira tenha se beneficiado do desvio de valores.

Procurados pelo Estado, integrantes da força-tarefa da Lava Jato não comentaram a decisão.

13 JAN 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### Cármen Lúcia convoca 'esforço concentrado'

Breno Pires / BRASÍLIA

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmou a presidentes de Tribunais de Justiça estaduais de todo o Brasil que “é hora de agir com firmeza e rapidez” e defendeu um “choque de jurisdição” em relação à análise de processos penais. Em uma reunião de cinco horas, a ministra cobrou ações do Judiciário e comunicou medidas do CNJ.

Foi a primeira manifestação pública de Cármen desde o agravamento da crise no sistema penitenciário. Em nota, falou que a “situação é de emergência” e “as facções mais do que nunca dominam nos presídios”.

Na reunião, Cármen Lúcia também pediu informações sobre quantos presos provisórios existem dentro da população carcerária de cada Estado e solicitou aos presidentes dos TJs que informem, em planilhas, até as 17 horas da próxima terça-feira, a disponibilidade de juízes auxiliares e de servidores para trabalharem em um “esforço concentrado” nas varas criminais e de execução.

A ideia é que, por 90 dias, uma equipe de cada tribunal esteja deslocada para esse serviço, mas que o trabalho continue sendo feito permanentemente. Ela pediu que os TJs tenham reuniões com o Ministério Público e a Defensoria Pública nos Estados, com a presença da OAB, para acelerar a realização de julgamentos dos processos pendentes.

### SÔNIA RACY

#### Juízes saem...

Dados levantados pela coluna mostram que o recesso no Tribunal de Justiça de São Paulo tem efeito colateral no sistema prisional do Estado.

As audiências de custódia ficaram suspensas de 19 de dezembro a 9 de janeiro e o número de presos cresceu quase 1%, saltando de 231.436 para 235.190 detentos.

#### ...presos ficam

Há quem diga que, se as audiências tivessem sido mantidas, com a escalção de um plantão judiciário, a “inflação” carcerária paulista cairia pela metade.

É que média de 50% dos presos são autores de delitos leves e acabam liberados para responder em liberdade.

13 JAN 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ação cobra desvio de banco estadual no mensalão MG

Ministério Público pede bloqueio de R\$ 1,6 mi de Eduardo Azeredo e atual secretário da Fazenda

**Leonardo Augusto**

ESPECIAL PARA O ESTADO

BELO HORIZONTE

O Ministério Público de Minas Gerais ajuizou ação cível na qual pede o ressarcimento, com bloqueio de bens, de R\$ 1,6 milhão do ex-governador e ex-presidente nacional do PSDB Eduardo Azeredo, do secretário estadual da Fazenda, José Afonso Bicalho, do ex-empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, e outros por fatos referentes ao mensalão mineiro.

O processo tramita na 4.ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte desde 29 de novembro de 2016. O MP Estadual apontou repasse irregular pelo extinto Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) à SMPB, agência de publicidade de Valério, em movimentação semelhante à de outras estatais mineiras.

O juiz da 4.ª Vara de Fazenda Pública, Mauro Pena Rocha, deu 15 dias para que os acusados se posicionem sobre a ação. O valor de R\$ 1,6 milhão é equivalente à correção, até o momento, de um total de R\$ 500 mil, que é o montante que teria sido desviado, à época, do Bemge.

Conforme as investigações, no mensalão mineiro um total de R\$ 3,5 milhões foram repassados de estatais supostamente para financiar eventos esportivos – como o Enduro Internacional da Independência, o Iron Biker e o Campeonato Mundial

de Motocross –, mas teriam sido desviados para a campanha à reeleição do tucano, em 1998.

Azeredo foi governador de Minas entre 1995 e 1998. Bicalho era presidente do Bemge.

A Justiça já determinou o bloqueio de bens no montante de R\$ 25,6 milhões do ex-governador, de Valério e outros réus no mensalão mineiro em ação por improbidade administrativa com a acusação de transferência irregular de recursos das estatais Companhia de Saneamento (Cospasa) e Companhia de Desenvolvimento do Estado (Comig, atual Codemig), para a SMPB.

Procurado, o advogado Castellar Guimarães Neto, responsável pela defesa do ex-governador, não respondeu ao pedido de entrevista. A reportagem não conseguiu localizar o advogado de Marcos Valério.

Por meio da assessoria do governo de Minas, Bicalho disse que sua defesa se pronunciaria. A reportagem entrou em contato com um escritório de direito responsável, mas foi informada de que os advogados estavam em recesso.

13 JAN 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### TJ cassa liminar e regional da Sé volta ao cargo

A 4.<sup>a</sup> Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reconsiderou ontem a decisão que havia afastado o prefeito regional da Sé, Eduardo Odloak, condenado em segunda instância por improbidade administrativa. No dia 5, durante o plantão judiciário, a Justiça havia acolhido ação que pedia seu afastamento. Odloak havia sido nomeado pelo prefeito João Doria (PSDB) no dia 1.<sup>o</sup>.

A gestão Doria vinha sustentando que, embora a condenação fosse em instância colegiada, o regional não poderia ser considerado ficha-suja, uma vez que sua condenação não envolveu comprovação de enriquecimento ilícito. Assim, como o caso ainda não estava transitado em julgado, não havia obrigação de afastá-lo. O regional entrou com um agravo de instrumento à liminar que o cassou e conseguiu a reconsideração.

“Ainda que esteja presente a condenação à suspensão dos direitos políticos por ato doloso de improbidade administrativa, não se verificou enriquecimento ilícito e dano ao erário, de forma que, ao que se indica, não é hipótese de inelegibilidade”, disse a desembargadora relatora do caso, Ana Liarte.

“Espero que essa decisão possa nos dar a tranquilidade necessária para realizar com a força necessária o árduo trabalho que a Sé exige”, disse Odloak, que considerou que “a decisão arrumou uma coisa que estava torta”. Ele se disse “feliz” com o desfecho do caso. / **BRUNO RIBEIRO**

13 JAN 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

**Ajuste.** Pacote que está sendo negociado entre a União e o Estado traz uma alíquota extra de 6% para a Previdência estadual; também prevê a venda para investidores de receitas futuras com royalties do petróleo e a privatização da companhia de saneamento

# Socorro ao Rio prevê que servidor terá de pagar até 20% do salário à Previdência

Adriana Fernandes  
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

O programa de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro poderá durar quatro anos, um ano a mais do que o previsto inicialmente pelo governo federal. Durante esse período, os servidores fluminenses deverão pagar uma alíquota extraordinária de 6% para a Previdência estadual, uma medida polêmica e que já foi rejeitada pela Assembleia Legislativa do Estado (Alerj).

Hoje, a contribuição previdenciária é de 11%, e a ideia é elevar definitivamente essa alíquota para 14%. Os outros 6% seriam uma contribuição extraordinária. Ou seja, enquanto durar, a taxa sobre os salários será de 20%. A cobrança extra é uma condição que está sendo acertada com a União para que o Rio possa incrementar as receitas, e a arrecadação estimada é de R\$ 2 bilhões só neste ano.

O governador Luiz Fernando Pezão sabe que aumentar as alíquotas será um embate duro na Alerj, que já devolveu dois projetos que tinham o mesmo objetivo. Por isso, segundo uma fonte do governo fluminense,

ele avalia negociar pontos como prazo de implementação do aumento da alíquota regular para 14% e vigência da contribuição extra.

O acordo em negociação também prevê a venda para investidores de cerca de R\$ 3 bilhões de receitas futuras que o Estado tem a receber de royalties decorrentes da exploração do petróleo. Os números preliminares dos termos do acordo ao qual o Estado teve acesso apontam para um ajuste estrutural de cerca de R\$ 20 bilhões só em 2017.

Esse valor inclui, além da operação de securitização de royalties, mais R\$ 5 bilhões de crédito dado pelos bancos com a antecipação da venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). Outros R\$ 5 bilhões de alívio financeiro viriam com a suspensão do pagamento da dívida estadual.

O governo do Rio também admite reapresentar um projeto de lei para postergar reajustes já concedidos para a área de segurança e que teriam impacto de R\$ 835 milhões neste ano e de R\$ 1,079 bilhão em 2018. A avaliação do governo fluminense é que ainda há tempo para impedir a aplicação do aumento sobre os salários de 2017, uma vez que o acordo com a União será fechado na semana que vem. O Rio ainda não termi-

nou de pagar os salários de novembro nem começou a pagar os de dezembro.

**Disposição.** O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou que, com o acordo de recuperação fiscal do Rio, será possível eliminar o déficit nas contas do Estado neste ano, cuja previsão é de chegar a R\$ 19,3 bilhões. Segundo ele, está claro que o governo do Rio está disposto a fazer o ajuste, até mesmo com a venda da Cedae.

Se o acordo durar quatro anos, o ajuste será superior a R\$ 50 bilhões, informou um integrante da equipe econômica. A fonte destacou que são estimativas preliminares e que poderão ser alteradas até quinta-feira da próxima semana, quando se espera que os termos do acordo estejam concluídos.

O ministro da Fazenda mostrou-se aberto a negociar com outros Estados as medidas de recuperação fiscal, mas avaliou que nem todos querem enfrentar um ajuste tão duro. "Se algum outro Estado estiver disposto a enfrentar um ajuste dessa magnitude, vamos discutir. Eu acho que não é qualquer Estado que vai querer enfrentar um ajuste desses. Alguns governadores já disseram que não querem", disse ele, acrescentando que não são medidas "muito populares".

**CONTINUA**

13 JAN 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### PONTOS DO PACOTE

- **Previdência**  
Alíquota cobrada dos servidores sobe de 11% para 14%, e será criada uma alíquota extraordinária de 6%
- **Salários**  
Reajustes que entrariam em vigor agora serão adiados, com impacto de quase R\$ 2 bilhões em 2017 e 2018
- **Privatização**  
A Cedae será vendida. Um empréstimo do BB ao Rio será atrelado a essa venda
- **Dívida suspensa**  
União deixaria de cobrar as dívidas do Estado por um período de três anos

13 JAN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

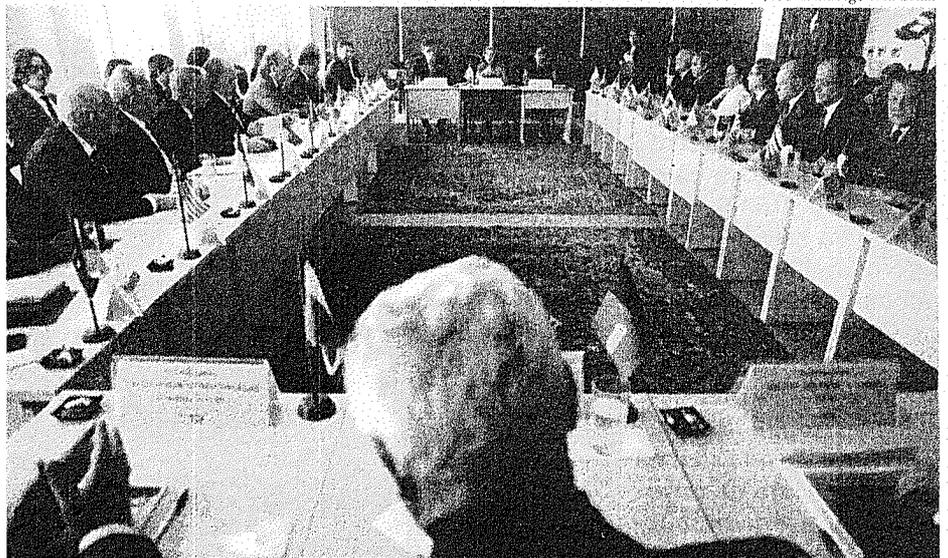
# STF pede “esforço” para liberar presos provisórios

Cármem Lúcia pediu “medidas imediatas” para combater facções

José Cruz/Agência Brasi

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, pediu ontem um “esforço concentrado” do Judiciário para analisar os processos de presos que tramitam nas Varas de Execução Penal dos tribunais de Justiça do país. A questão foi definida após uma reunião entre a ministra e os presidentes dos 27 tribunais de Justiça do país. No encontro, também ficou acertado que os tribunais disponibilizem até a próxima terça-feira (17) juízes e servidores para analisar os processos.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins, Ronaldo Eurípedes, que participou da reunião, Cármem Lúcia também cobrou “medidas imediatas” para combater



Cármem Lúcia com os presidentes dos tribunais de Justiça: busca de soluções para crise penitenciária

as facções criminosas que atuam dentro dos presídios e ações para reduzir o problema da superlotação nas penitenciárias. A ministra convocou a reu-

nião para tentar encontrar soluções para a crise no sistema penitenciário.

Desde que assumiu o comando do Judiciário, em setembro, a ministra

tem feito visitas surpresa a unidades prisionais no país, já tendo passado pelo Distrito Federal, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. ●

13 JAN 2017

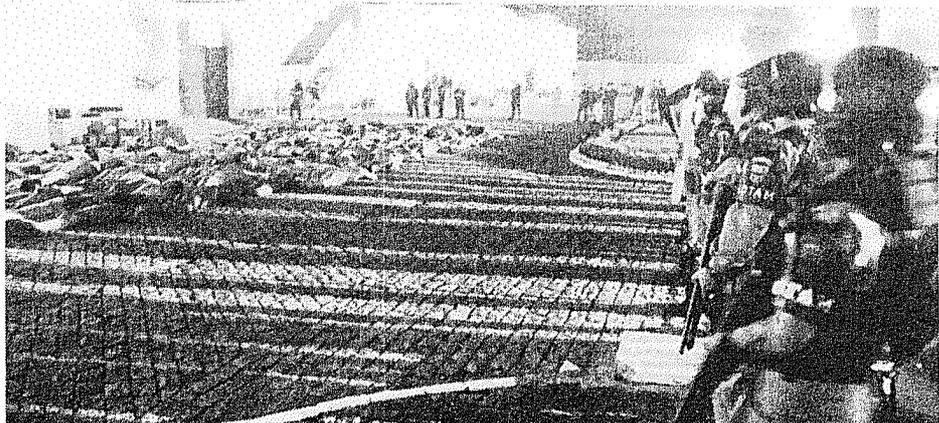
JORNAL DO ÔNIBUS

# Sistema prisional do Paraná será auditado

Medida foi anunciada pelo presidente do Tribunal de Contas

Ao tomar posse ontem como presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) no biênio 2017-2018, o conselheiro Durval Amaral anunciou que a Corte dará prioridade neste ano à fiscalização do sistema prisional do Estado. Uma equipe técnica será nomeada para, no prazo de 60 dias, levantar informações sobre o sistema. Na etapa seguinte, deverão ser instauradas auditorias operacionais para avaliar a eficácia do gasto público no setor, impor medidas corretivas e, se necessário, responsabilizar gestores.

Segundo Amaral, serão avaliadas as instalações, a estrutura de



No ano passado, governo estadual gastou R\$ 720 milhões para manter 20 mil presos em presídios do Paraná

pessoal, a gestão, o custo e, principalmente, a capacidade de ressocialização do sistema prisional. “Tenho a certeza de que, apesar do alto investimento, a sociedade paranaense não está satisfeita com os resultados. O ci-

dadão paga muito para que as cadeias e presídios sejam apenas depósitos de presos, sem oportunidade de ressocialização”, afirmou Durval.

Em 2016, o Paraná gastou R\$ 720 milhões para manter uma po-

pulação carcerária de 20 mil pessoas nos presídios do Estado – com custo médio de R\$ 35 mil por preso ao ano. Neste cálculo não estão incluídos os cerca de 10 mil presos que estão em delegacias no Estado. ●

13 JAN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### LIBERDADE NEGADA

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz (foto), negou pedido de liberdade feito pela defesa do ex-tesoureiro do PP João Claudio Genu, condenado a mais de oito anos de prisão pelo juiz federal Sérgio Moro em um dos processos da operação Lava Jato. Genu está preso preventivamente desde maio do ano passado em um presídio em Curitiba.



### BLOQUEIO DE BENS

Um desembargador de Minas Gerais determinou o bloqueio de bens do ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB) em ação de improbidade administrativa relativa ao episódio conhecido como mensalão tucano. A decisão liminar não define a quantia que deve ser bloqueada das contas de Azeredo. Ainda cabe recurso da decisão. O ex-governador já foi condenado criminalmente por peculato e lavagem de dinheiro em processo relativo ao caso, considerado um "embrião" do mensalão petista, e recorre em liberdade.

## Lula pede indenização de R\$ 1 milhão a promotor

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolou ontem uma ação de reparação por danos morais contra o promotor do Ministério Público de São Paulo Cássio Conserino. O ex-presidente pede indenização de R\$ 1 milhão. Ao lado de dois colegas, o promotor denunciou o ex-presidente e pediu a prisão preventiva dele em março do ano passado.

A peça acusava Lula de ocultação de patrimônio e falsidade

ideológica envolvendo a propriedade de um apartamento triplex no Guarujá (SP). Os advogados de Lula afirmam que Conserino procurou prejudicar a reputação e a honra do ex-presidente. Mencionam que o promotor deixou o processo após decisão da Justiça que manteve a parte do caso relativa ao petista sob a responsabilidade do juiz Sergio Moro. Procurado, o promotor disse que vai aguardar ser notificado. ●

# TRIBUNA DO PARANÁ

## DETENTOS CUSTAM CARO

O conselheiro Durval Amaral, eleito presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR), anunciou um pente-fino nos gastos do governo do estado com o sistema penitenciário. A primeira medida à frente do cargo pretende avaliar a eficiência dos R\$ 720 milhões aplicados no setor em 2016 e identificar falhas na ressocialização dos presos. "Se houver má gestão, o tribunal poderá aplicar as sanções que julgar corretas aos ordenadores de despesas", afirmou. Em entrevista coletiva à imprensa momentos antes de tomar posse, Durval disse que, diante da atual calamidade nos presídios brasileiros, o TC tem o dever de agir de imediato - e não depois de passado muito tempo. Segundo ele, uma equipe técnica do tribunal será constituída ontem e terá 60 dias para levantar dados e consolidar informações sobre as penitenciárias do estado. A ideia é avaliar a estrutura física do sistema e, principalmente, o grau de sucesso da ressocialização dos ex-detentos. De acordo com dados do Executivo estadual, cada um dos cerca de 20 mil presos paranaenses custou R\$ 35 mil aos cofres públicos no ano passado - sem levar em conta os quase 10 mil detidos nas delegacias. "A sociedade gasta muito em impostos e tem o direito de querer que o cidadão saia da cadeia não com pós-graduação na escola do crime, mas sim com condições de trabalhar e não mais delinquir", defendeu Durval.

13 JAN 2017

## TRIBUNAL

O conselheiro Durval Amaral tomou posse como presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC) para o biênio 2017-2018 ontem. Na véspera de assumir o cargo, revelou ter duas metas principais: aumentar a transparência da Corte traduzindo de maneira simples, via redes sociais, as informações técnicas das contas do estado; e garantir o controle da sociedade sobre os gastos públicos por meio de uma interação que transforme todo cidadão em "fiscal do povo". Durval negou que a atuação do TC seja mais política do que técnica, defendeu que não há como julgar da mesma forma contas de pequenos municípios e do governo do estado e atribuiu o caos financeiro de estados e municípios à má gestão dos administradores públicos não a possíveis omissões dos tribunais de contas pelo país.

## BLOQUEIO

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) determinou o bloqueio dos bens do ex-governador do estado Eduardo Azeredo (PSDB). A decisão do desembargador Jair Varão decorre da denúncia de improbidade administrativa relacionada com a Ação Penal 536, processo conhecido como mensalão mineiro. Eduardo Azeredo teria transferido cerca de R\$3 milhões das estatais - Companhia de Saneamento de Minas Gerais e Companhia Energética de Minas Gerais - para empresas do publicitário Marcos Valério. Os valores seriam destinados à realização do evento Enduro Nacional da Independência, mas a movimentação ocorreu sem nenhuma licitação e nem formalização de contrato administrativo.

## PRISÃO

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, negou o pedido de habeas corpus feito pelo ex-tesoureiro do PP João Cláudio de Carvalho Genu, preso desde maio na Operação Lava Jato. A decisão da ministra foi publicada na manhã de ontem, no site do STJ. Genu foi condenado em dezembro de 2016 a oito anos e oito meses de prisão em regime inicial fechado pelos crimes de corrupção e associação criminosa. Pela sentença do juiz Sérgio Moro, o réu era responsável por intermediar repasses de propina entre empresários e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Blog do Zé Beto – 13/01/2017

## **Nada de novo**

**13 JAN 2017**

A ministra Cármen Lucia, presidente do Superior Tribunal de Justiça reuniu todos os presidentes do TJs do Brasil para dizer que facções criminosas dominam os presídios. Lula faz discurso em festa do MST e diz que quer voltar a ser presidente da República e Michel Temer já editou mais medidas provisórias para governar do que Dilma e Lula. Mais? Aqui na província o novo presidente do Tribunal de Contas, o ex-deputado estadual Valdir Amaral, garante que a Corte não é e não deve ser um órgão político. Precisa mais para saber que não há nada de novo no ano novo?

### PR gastou R\$ 35 mil por preso em 2016, diz TCE

**Contas.** Despesa foi de R\$ 720 milhões só com os internos dos 33 presídios, sem contar as delegacias. Tribunal pode fazer auditoria em 60 dias

O recém-empossado presidente do TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná), Durval Amaral, afirmou ontem que em 2016 o Paraná gastou R\$ 720 milhões com as penitenciárias do Estado, sem contar as carceragens de delegacias. Os 33 presídios hoje comportam 19.761 detidos, ou seja, a despesa anual é de mais de R\$ 35 mil por preso. Quase R\$ 3 mil por mês. Amaral apresentou o número ao anunciar que o TCE deve fazer auditorias no sistema prisional do Paraná. Além de fiscalizar novas obras e os gastos com os presídios que já funcionam, Amaral afirma que o TCE quer verificar se estão sendo tomadas medidas para a ressocialização dos presos. “A sociedade está confortável em gastar R\$ 720 milhões, sendo que os presos, ao saírem do sistema, continuam reincidindo no crime? Que as nossas prisões acabam sendo uma fonte constante de aperfeiçoamento do crime?”, questiona. Segundo Amaral, um corpo técnico do Tribunal fará um estudo das atuais condições do sistema nos

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO METRO 13 JAN 2017

próximos 60 dias, e as auditorias devem ocorrer em seguida. O Estado tem a previsão de abrir 7 mil novas vagas no sistema com 14 obras de construção ou ampliação de penitenciárias, ao custo de quase R\$ 140 milhões. A Sesp (Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária) informa que 10 destas 14 obras já começaram e serão entregues em 2017. As quatro restantes devem ser licitadas em breve: duas em março e duas em abril. Com a abertura de 7 mil vagas para cerca de 9 mil presos que estão em delegacias – e não nos presídios –, o restante do déficit, de 2 mil detentos, será sanado com o aumento do uso de tornozeleira eletrônica. Hoje, quase 4 mil condenados usam o aparelho. Virada de ano A Sesp informou ontem que não voltaram à cadeia 5% dos presos do regime semiaberto que foram liberados para passar o fim de ano em casa. No total, segundo o governo, 1.805 detentos foram beneficiados com a saída, e 90 não retornaram. Em 2016, a “evasão” foi um pouco maior de 5,6%. A queda “significa que o sistema penitenciário vem oferecendo um serviço melhor. Esse tipo de iniciativa faz com que o preso tenha contato com a família e consiga avançar em relação a sua ressocialização”, diz o diretor do Depen, Luiz Cartaxo.

**O Globo - 13/1/2017**

**13 JAN 2017**

## **Cármem Lúcia pede 'esforço concentrado' para análise de processos de presos provisórios**

Avaliação por juízes auxiliares e servidores será realizada em período de 90 dias

BRASÍLIA — Em reunião nesta quinta-feira com os presidentes dos Tribunais de Justiça (TJs) dos estados, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármem Lúcia, pediu que eles designem juízes auxiliares e servidores para analisar, num período de 90 dias, os processos de execução penal. Isso pode levar, por exemplo, à concessão de benefícios a presos que poderiam já estar soltos, mas continuam atrás das

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**13 JAN 2017**

grades. O encontro, que durou cerca de cinco horas, foi organizado para tratar da crise no sistema penitenciário brasileiro.

Em nota, o STF informou que Cármen Lúcia deu prazo até a próxima terça-feira para que cada TJ informe o número de processos penais não julgados. Também enviou a cada tribunal planilhas para que sejam informados até terça quantos juízes serão necessários em cada local para fazer o trabalho de análise desses casos.

Segundo a nota, a Cármen Lúcia comunicou a realização de um censo penitenciário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão também presidido por ela. Essa medida já tinha sido anunciada pela ministra no ano passado.

Cármen Lúcia afirmou ainda que "é hora de agir com firmeza e rapidez" e

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**13 JAN 2017**

que "a situação é de emergência", uma vez que "as facções criminosas mais do que nunca dominam nos presídios". Disse também que nenhum magistrado está sozinho nessa tarefa e comunicou a criação de um grupo de trabalho de juízes criminais para atuar como colaboradores, identificando os principais problemas que atingem as varas de execução penal (VEPs).

Segundo informado no site do TJ do Tocantins, Cármen Lúcia cobrou soluções imediatas para combater organizações criminosas nos presídios e medidas para diminuir a superlotação. Ela também cobrou um esforço concentrado e permanente para verificar os processos de presos provisórios, ou seja, em que não houve ainda condenação que leve ao cumprimento de pena. Já o presidente do TJ do Amazonas, Flávio Pascarelli, disse que os mutirões para analisar a situação desses presos em seu estado começou na quarta-feira.

**CONTINUA**

CONTINUAÇÃO 13 JAN 2017

# Presos sem julgamento

Superlotação corresponde ao número de presos

**Déficit estimado de vagas  
no sistema carcerário**

**250 mil**

**Proporção  
de presos  
provisórios  
por estado**

**Presos provisórios**

**244.357**

CONTINUA

**CONTINUAÇÃO**

**13 JAN 2017**

- A ministra cobrou que a gente procure dar estrutura para que os juízes de cada comarca e mesmo as câmaras criminais nos tribunais tenham condições de decidir de forma mais ágil, em tempo razoável - afirmou o presidente do TJ de São Paulo, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, acrescentando que Cármen Lúcia também cobrou um censo dos presos provisórios em cada estado:

- Nós temos que ter esse número. Em São Paulo, estamos criando um sistema para que essas informações estejam permanentemente no sistema de automação. A ministra fixou esse prazo até terça-feira para que os tribunais prestem essas informações.

Os presidentes dos TJs do Amazonas, Flávio Pascarelli, e do Tocantins, Ronaldo Eurípedes de Sousa, deram versões diferentes.

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**13 JAN 2017**

- O CNJ (Conselho Nacional de Justiça, também presidido por Cármen Lúcia) é que vai fazer um censo. Eu já tenho esse levantamento (presos provisórios). Ela (Cármen Lúcia) vai fazer o dela - afirmou o presidente TJ do Amazonas, estado em que mais de 60 presos foram mortos este ano.

- Não estamos trabalhando com prazo. Estamos trabalhando para produzir um trabalho de qualidade. Esse trabalho é feito constantemente, os estados, o Judiciário estão fazendo, e nós com tranquilidade faremos e entregaremos isso - disse o presidente do TJ tocantinense.

Alguns presidentes de TJs, inclusive, saíram dizendo que o Judiciário está fazendo sua parte e que a culpa é dos governadores. Questionado se houve cobrança de Cármen Lúcia para dar mais agilidades às VEPs, ligadas aos TJs, Ronaldo Eurípedes disse que isso

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**13 JAN 2017**

não é um problema e elogiou a atuação do Judiciário.

- Não se trata de agilidade em VEP. O caso que vocês conhecem, de Manaus, não tem preso provisório. A atuação do Judiciário está perfeita lá. Os presos já tinham condenação. O Judiciário não tem falha quanto a isso. O Judiciário não teve absolutamente nada em relação a essa matéria. Por quê? Porque os presos estavam condenados - afirmou o presidente do TJ de Tocantins.

Seu colega do Amazonas foi no mesmo tom.

- A questão do Judiciário é sentenciar. Sentenciando, pode haver prisão. O que vai acontecer depois da prisão já é um problema do Executivo - disse Pascarelli.

O presidente do TJ amazonense defendeu que haja mais presídios. Ronaldo Eurípedes, porém, pregou outras medidas.

- Presídio demora quatro anos. O que se busca é resolver o problema neste momento - disse o desembargador tocantinense.

## **Presidente do STF pede que juízes acelerem análise de presos provisórios**

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia, orientou nesta quinta (12) os tribunais de Justiça dos Estados a fazerem um "esforço concentrado" para analisar a situação dos presos. As informações constam em nota divulgada pelo TJ-TO (Tribunal de Justiça do Tocantins).

A ministra se reuniu por cerca de cinco horas com os desembargadores que presidem os tribunais de Justiça. Apenas não estavam presentes os presidentes dos TJ de Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

De acordo com o TJ-TO, a ministra quer que os desembargadores orientem

**CONTINUA**

os juízes de 1ª Instância a "gerar movimentação contínua nas varas de execuções penais" e analisar imediatamente a situação dos processos de réus provisoriamente presos.

A orientação da ministra para a 2ª Instância é que as Turmas Criminais elaborem um cronograma de julgamentos.

Cármem Lúcia ainda não se pronunciou sobre a crise nos presídios, que apenas no começo de 2017 já deixou 99 mortos. Além de presidir o STF, ela chefia o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que elabora políticas públicas para o sistema penitenciário.

"Isso não significa que vamos soltar presos. Vamos avaliar se as condições da prisão preventiva ou provisória permanecem", disse o desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes,

## **CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO**

presidente do TJ-AM (Tribunal de Justiça do Amazonas), ao sair da reunião. Segundo ele, o Estado já começou a fazer um mutirão para analisar a situação dos detentos.

"Nós não podemos assumir o **12 JAN 2017** compromisso que vamos liberar mais presos. A ideia não é simplesmente colocar presos na rua para resolver o problema carcerário. Temos que ver aqueles que têm direito ao benefício ou aqueles provisórios, isso temos que agilizar", disse o desembargador Paulo Dimas, presidente do TJ de São Paulo.

De acordo com a nota do TJ-TO, durante a reunião "cada presidente de tribunal apresentou dados do sistema prisional do Estado em que atua, juntamente com sugestões de soluções imediatas nas localidades afetadas para evitar novos massacres, além de medidas preventivas para as demais regiões".